

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA – UEPB
CAMPUS CAMPINA GRANDE
PRÓ-REITORIA DE ENSINO MÉDIO, TÉCNICO E EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA
CURSO DE PEDAGOGIA – PARFOR/CAPES/UEPB**

LÚCIA VIEIRA DA COSTA CANDIDO

**A CONVIVÊNCIA COM DOIS ALUNOS ESPECIAIS NA SALA DE AULA
REGULAR: UMA PRÁTICA DE PERSPECTIVA INCLUSIVA**

**CAMPINA GRANDE - PB
2019**

LÚCIA VIEIRA DA COSTA CANDIDO

**PLANO NACIONAL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
DA EDUCAÇÃO BÁSICA**

**A CONVIVÊNCIA COM DOIS ALUNOS ESPECIAIS NA SALA DE AULA
REGULAR: UMA PRÁTICA DE PERSPECTIVA INCLUSIVA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Pedagogia – PARFOR/CAPES da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciado em Pedagogia.

Área de concentração: Anos Iniciais do Ensino Fundamental - Educação Especial

Orientadora: Prof^a Dr^a Maria José Guerra

**CAMPINA GRANDE - PB
2019**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

C217c Cândido, Lucia Vieira da Costa.

A convivência com dois alunos especiais na sala de aula regular [manuscrito] : uma prática de perspectiva inclusiva / Lucia Vieira da Costa Cândido. - 2019.

30 p. : il. colorido.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação EAD em Primeira Licenciatura em Pedagogia do Parfor) - Universidade Estadual da Paraíba, EAD - Campina Grande , 2019.

"Orientação : Profa. Dra. Maria José Guerra , Departamento de Educação - CEDUC."

1. Educação. 2. Educação inclusiva. 3. Prática docente. I.

Título

21. ed. CDD 370

LÚCIA VIEIRA DA COSTA CANDIDO

A CONVIVÊNCIA COM DOIS ALUNOS ESPECIAIS NA SALA DE AULA
REGULAR: UMA PRÁTICA DE PERSPECTIVA INCLUSIVA

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Pedagogia
– PARFOR/CAPES da Universidade
Estadual da Paraíba, como requisito
parcial à obtenção do título de
Licenciado em Pedagogia.

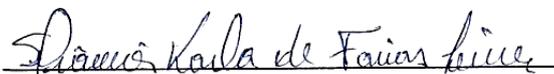
Área de concentração: Anos Iniciais
do Ensino Fundamental - Educação
Especial

Aprovada em: 08 de junho de 2019

BANCA EXAMINADORA



Prof.^a Dr.^a. Maria José Guerra (Orientadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof.^a Me. Silvânia Karla de Farias Lima
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof.^a Me. Francisca Luseni Machado Marques
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

DEDICATÓRIA

Aos meus pais, Manoel e Josefa e filhos,
Augusto e Bruno (*in memoriam*), vivos nas minhas lembranças.

Ao meu valioso filho
Júlio César, batalhador, digno, presente Divino mais precioso, inspiração de todas
minhas lutas em prol de nossa família. Fonte inesgotável de amor, carinho.

Ao meu esposo
Por sua companhia, lutando por nossa família com respeito, amor, confiança.

AGRADECIMENTOS

A Deus

Pela minha vida.

Amigo eterno, presente em todos os momentos da minha vida.

Aos meus familiares, amigos e alunos, pelo afeto e aprendizado nos momentos de convivências.

A minha orientadora

Maria José pela orientação e incentivo para a realização deste trabalho.

A coordenação do curso

Por todo empenho em cooperar e articular todo o trabalho em prol do nosso aprendizado.

Aos professores

Pela dedicação, crescimento pessoal e profissional

Nossos agradecimentos.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AE - Aluno Especial.....	17
AEE - Atendimento Educacional Especializado.....	14
AEa - Aluna Especial autista	17
AEhdi - Aluno Especial com hipótese de deficiência intelectual.....	17
ANA – Avaliação Nacional de Alfabetização.....	16
BNCC – Base Nacional Comum Curricular.....	18
CAEa - Cuidadora da Aluna Especial autista.....	21
DUDH - Declaração Universal dos Direitos Humanos.....	13
ECA - Estatuto da Criança e o adolescente.....	13
EE - Educação especial.....	16
EI - Educação Inclusiva.....	16
FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.....	17
Pe - Professora Estagiária.....	22
PDDE – Programa de Dinheiro Direto na Escola.....	16
PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar.....	16
PNAIC – Programa Nacional de Desenvolvimento na Idade Certa.....	17
PPP - Projeto Político Pedagógico.....	17
PPEB - Proposta Pedagógica em Educação Básica.....	16
SAMA - Sistema de Avaliação Municipal de aprendizagem.....	16
SEDUC -Secretaria de Educação e Cultura.....	17
SRMF - Sistema Único de Saúde.....	14
SUS – Sistema Único de Saúde.....	13
ONU - Organização das Nações Unidas.....	13

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FOTO – 1: Estudo do gênero textual bilhete.....	22
FOTO - 2 : Estudo do gênero textual bilhete.....	22
FOTO – 3: mediação de atividades na escrita de bilhetes.....	22
FOTO – 4: Resolução de situações problemas e roda de conversa.....	24
FOTO – 5: Resolução de situações problemas e roda de conversa.....	24
FOTO – 6: Revisão, análise e reescrita da produção dos bilhetes.....	25
FOTO – 7: Revisão, análise e reescrita da produção dos bilhetes.....	25
FOTO – 8: Estudo do corpo humano.....	26
FOTO – 9: Confeção de um álbum sobre o corpo humano.....	26
FOTO - 10: A Aluna Especial autista é mediada pela Cuidadora da Aluna Especial Autista em atividade orientada pela Professora estagiária.....	26
FOTO – 11: Recepcionando a professora supervisora de estágio da UEPB.....	27
FOTO – 12: Conversa informal com a turma do 3º ano.....	27
FOTO – 13: Confraternização com a turma.....	27

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	10
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	12
2.1	Breve contexto histórico da inclusão educacional.....	12
3	METODOLOGIA.....	15
3.1	Procedimentos metodológicos utilizados.....	15
3.2	Diagnose da escola- campo de estágio.....	16
3.3	Compreendendo a Proposta Pedagógica em Educação Básica (PPEB).....	16
3.4	Diagnóstico da turma do 3º ano – Anos Iniciais.....	17
3.5	Projeto Didático-pedagógico da Docência no 3º Ano.....	18
4	RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	21
4.1	Conhecimentos prévios do aluno na atividade de gêneros textuais.....	21
4.2	Conhecimentos Matemáticos.....	23
4.3	Leitura deleite, revesão e análise da escrita.....	24
4.4	Roda de conversa e confecção – álbunsobre o corpo humano.....	25
4.5	Roda de conversa	26
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	28
	REFERÊNCIAS	30

A CONVIVÊNCIA COM DOIS ALUNOS ESPECIAIS NA SALA DE AULA REGULAR: UMA PRÁTICA DE PERSPECTIVA INCLUSIVA

THE COEXISTENCE WITH TWO SPECIAL STUDENTS IN THE REGULAR CLASSROOM: AN INCLUSIVE PERSPECTIVE PRACTICE

Lúcia Vieira da Costa Candido¹

RESUMO

Este trabalho apresenta de forma sucinta, estudos sobre a política da modalidade da Educação Inclusiva brasileira, nos seus aspectos legais e, sobretudo, em relação à Educação Especial, na perspectiva inclusiva do aluno especial, que estuda na sala de aula regular. Tem como objetivo geral analisar a partir da convivência com dois alunos do 3º ano do Ensino Fundamental, já diagnosticados especiais, como se efetiva, na prática do contexto social da interação em sala de aula o desenvolvimento da aprendizagem desses alunos. Especificamente, objetiva identificar qual é a contribuição da professora-estagiária do curso de Pedagogia – PARFOR/CAPES/UEPB, na atuação e convivência desses dois alunos especiais na sala regular, campo de atuação do seu estágio do Ensino Fundamental – Anos Iniciais. Adotou-se um procedimento metodológico de cunho qualitativo e interativo-interpretativa, que toma a proposta didático-pedagógica do 3º ano, em uso, para aprender o sentido da fala, ou seja, a forma de interpretar, na prática, a manifestação do aluno especial, relacionada ao seu contexto histórico-cultural construído como educação inclusiva escolar. Buscou-se apoio nos estudos de Duck (2007), Gil (2005), Gomes (2007), Guerra (2004 e 2013), Oliveira (2007), entre outros. Conclui-se que a educação inclusiva que ocorre na sala de aula regular ainda se constitui um grande desafio para a prática docente do professor dos anos iniciais, pois são muitas as barreiras que precisam ser superadas. Vivemos numa sociedade em que as políticas de inclusão fornecem teorias, direitos e deveres que, de modo geral são consideradas importantes. Contudo, em sua prática observou-se que o ambiente escolar não oferece as condições ideais para o aluno especial, muitas vezes, se apresenta de forma excludente e, em muitos casos, faltam pessoas especializadas para trabalhar no desenvolvimento da aprendizagem desse aluno especial. A causa dessa exclusão pode estar associada às questões externas à escola que se evidenciam, no contexto da prática de sala de aula, por meio da injustiça social em seus diversos aspectos devido à má distribuição de rendas, a negação de oportunidades de emprego, talvez seja, um dos mais agravantes que potencializa muitas outras existentes, preconceitos, discriminações, indiferença, violências, insegurança, entre tantas outras.

Palavras-chave: Educação Inclusiva, Alunos Especiais, Classe Regular, Aspectos legais, Convivência e Contribuição.

¹Graduanda em Pedagogia PARFOR/CAPES da Universidade Estadual da Paraíba – Campina Grande, Campus I.
E-mail: lucinhacandido1@hotmail.com

ABSTRACT

This paper presents, in a succinct way, studies on the politics of the modality of Brazilian Inclusive Education, in its legal aspects and, especially, in relation to Special Education, in the inclusive perspective of the special student, who studies in the regular classroom. It has as general objective to analyze from the coexistence with two students of the 3rd year of Elementary School, already diagnosed as special, as it works, in the practice of the social context of the interaction in the classroom the development of learning of these students. Specifically, it aims to identify the contribution of the trainee teacher of the course of Pedagogy - PARFOR/CAPES/UEPB, in the performance and coexistence of these two special students in the regular classroom, field of action of their Elementary School internship – Initial Years. A qualitative and interactive-interpretative methodological procedure was adopted, which takes the didactic-pedagogical proposal of the 3rd year, in use, to learn the meaning of the speech, that is, the way to interpret, in practice, the manifestation of the student special, related to its historical-cultural context built as inclusive school education. We sought support in the studies of Duck (2007), Gil (2005), Gomes (2007), Guerra (2004 and 2013), Oliveira (2007), among others. It is concluded that the inclusive education that occurs in the regular classroom still presents a great challenge to the teaching practice of the teacher of the initial years, since there are many barriers that need to be overcome. We live in a society where inclusion policies provide theories, rights and duties that are generally considered important. However, in their practice it has been observed that the school environment does not provide the ideal conditions for the special students, often presents itself exclusively, and in many cases, there is a lack of specialized people to work on the development of this special student's learning. The cause of this exclusion may be associated with the issues external to the school that are evidenced, in the context of classroom practice, through social injustice in its various aspects due to poor distribution of income, denial of employment opportunities, perhaps is one of the most aggravating factors that potentiates many other existents, prejudices, discrimination, indifference, violence, insecurity, among many others.

Keyword: Inclusive Education, Special Students, Regular Classroom, Legal Aspects, Coexistence and Contribution.

1 INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho consiste em analisar como acontece o desenvolvimento da aprendizagem do aluno especial, como perspectiva inclusiva na sala de aula regular. Essa preocupação conduz o professor estagiário a uma postura reflexiva, crítica e avaliativa acerca do processo de construção de seu conhecimento, enquanto docente e, sobretudo, em relação à competência profissional que exige para o trabalho docente, no âmbito educacional de forma consistente e significativa. Daí que nesse contexto da sala de aula regular, estavam a aluna autista e um aluno com hipótese de deficiência intelectual. Despertando, assim, o nosso interesse de estudar e aprofundar esta temática a partir da observação e da vivência com dois alunos especiais na sala de aula regular, com o intuito de refinar o olhar sobre os efeitos da Educação Especial (EE) na perspectiva da educação inclusiva. A convivência com dois alunos especiais na sala de aula regular: uma prática de perspectiva inclusiva

A educação inclusiva constitui-se de um espaço pautado de um compromisso exigente que se inicia desde a formação profissional para o trabalho no compromisso com o desenvolvimento humano amplo, nos aspectos intelectual, físico, afetivo, ético e moral, e de autonomia pessoal, garantindo o acesso à oportunidade de processar saberes, organizar e reorganizar, suas experiências e conhecimentos para o seu desenvolvimento global dos alunos de acordo com suas habilidades e potencialidades sem visionar suas limitações como impedimento para o seu crescimento e tem impulsionado um movimento mundial a seu amplo favor tornando-se, pois, em uma ação política, cultural, social, e pedagógica fundamentando-se, na concepção de direitos humanos, que contrai igualdade e diferença como valores indissociáveis e que avança na disposição de reconhecer o direito de cada ser humano e dignificá-lo.

Nesta perspectiva direcionamos nosso olhar para dar resposta ao seguinte questionamento. Como entender uma educação inclusiva na perspectiva de eliminação das barreiras atitudinais enquanto efeito na/da inclusão educacional das pessoas com deficiências, na sala de aula regular?

Sabe-se que muitos fatores geram obstáculos ou barreiras a aprendizagem, do aluno especial para responder a esse nosso questionamento. Certamente que essas barreiras fazem parte do cotidiano escolar dos alunos, considerados deficientes e que se manifestam em qualquer etapa do fluxo de escolarização. Para reflexões e exposições desses entraves, como também proporcionar momentos de estudos com abordagens nos aspectos legais e no objetivo da educação especial na perspectiva inclusiva. Necessário se faz construir e reconstruir na escola coletivamente, o compromisso devido a cada educador neste processo para a realização do trabalho colaborativo entre todos os atores da escola, inclusive no modo de contribuir para a diminuição das barreiras do aluno deficiente com atitudes acolhedoras dos sujeitos da referida escola.

A vivência e a necessidade de tornar a inclusão no espaço profissional escolar, de forma mais acolhedora em que o aluno se sinta parte importante e capaz no desenvolvimento de convivência social, cognitivo e cultural. Neste sentido, adotou-se o tipo de estudo bibliográfico, com um procedimento teórico-metodológico

de cunho qualitativo e de natureza e prática docente em sala de aula regular, que exigiu leituras em livros, artigos, apostilas, para descrição e interpretação sobre a questão da educação inclusiva e da convivência e prática da atuação em sala de aula regular com alunos especiais em interação com toda a turma.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1. Breve contexto histórico da Inclusão Educacional

O Sistema educacional até os anos 70 baseava-se, no modelo de trabalho como processo de inclusão de forma integrativa, onde todos os alunos eram avaliados e acompanhados em seu processo educacional num mesmo modelo pedagógico, num mesmo ritmo, nos quais se não acompanhasse e não se encaixasse nesses ritmos, deveriam ser encaminhados para instituições ou salas especiais, sendo assim rotulados e excluídos, ocasionando a baixa auto estima, levando o desinteresse e a desistência pelo estudo.

Em 1980, começou a ser questionado esse modelo discriminador, foram colocados novos olhares, nos quais as deficiências dos alunos deixaram de ser problemas meramente pessoais, e sim considerados como resultados da ausência de empenho das escolas em atender as necessidades diferenciadas dos discentes.

Nos anos 90, com suporte neste novo paradigma de que os alunos devem ser tratados com suas especificidades e diferenças, com respeito, acolhimento e direitos de inclusão e aprendizado, com significado pedagógico e democrático, resultou que o modelo tradicional de ensino segregado começasse a ser substituído pela proposta da educação inclusiva. Onde os estudantes com ou sem deficiência devem conviver nas mesmas escolas e salas, aprendendo com suas diferenças e ajudando a desenvolver suas potencialidades mutuamente e colaborativamente. Cabendo as escolas respeitar as condições e especificidades dos alunos oferecendo alternativas pedagógicas que atendam às suas necessidades comuns e específicas.

Destaco ainda a pesquisa de Guerra (2004) que para compreender o processo de alfabetização no contexto escolar de pessoas jovens, adultas e idosas estuda a convivência dos sujeitos da interação em sala de aula, a partir da “Inclusão Social e Diferença”, ou seja:

[...] discute o tema “diferença”, como algo necessário à relação falante/texto relacionado ao processo de inclusão social. O cenário social e econômico contemporâneo parece indicar, que no modelo de sociedade neoliberal não há lugar para todas as pessoas, entendendo-se inclusão, inicialmente como aceitação dos diferentes indivíduos, a valorização de cada pessoa, caracteriza-se assim como uma mudança aceitável e, talvez espiritual. Trata-se de promover a convivência dentro da diversidade humana. No grupo dos conteúdos “atitudinais”, por exemplo, podemos encontrar algum tipo de prática orientada para diferenças notáveis entre o que seria cumprimento de uma regra ou norma e a interiorização do tempo, da história, da linguagem e do sujeito como atores/construtores do “verdadeiro”, significado da alfabetização [...] (GUERRA, 2004, p.9).

Portanto, concebemos a convivência escolar, neste estudo, como um processo de interação que acontece entre os sujeitos da sala de aula regular e os modos de interação dados pelos sinais manifestados/expressados pelos considerados como alunos especiais.

É oportuno esclarecer que as pessoas com deficiências começaram a conquistar espaços de convivência social. Inicialmente de forma agregada, em instituições específicas a cada grupo específico de deficiência. No decorrer do tempo por volta dos anos de 1960 às escolas regulares passaram a oferecer as salas de aula para alunos especiais, e por volta dos anos noventa, à inclusão passou a ser construída, posto que:

A educação inclusiva não é uma moda passageira. Ela é o resultado de muitas discussões, estudos teóricos e práticas que tiveram a participação e o apoio de organizações de pessoas com deficiência de educadores, no Brasil e no mundo. Fruto também de um contexto histórico em que se resgata a Educação como lugar do exercício da cidadania e da garantia de direitos (GIL, 2005 p. 16).

Frente a essa abordagem, compreendemos a questão de direitos humanos, em que o Sistema Único de Saúde (SUS) em estudos sobre diversidade, enfoca que o respeito aos direitos humanos de todos os povos é o desafio educativo posto pela Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) (GIL, 2005, p.17)

Frente a esses avanços já conquistados, no âmbito da sociedade brasileira, é oportuno situar alguns dos marcos legais mais importantes que referenciam a educação inclusiva.

1948 - A Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU) estabelece que os direitos humanos, são os direitos fundamentais de todos os indivíduos.

1988 - A Constituição Federal Brasileira (Art. 208,III) estabelece o direito das pessoas com necessidades especiais de receberem educação, preferencialmente na rede regular de ensino.

1990 -O Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei 8.069). No art.53, assegura a todos o direito à igualdade de condições para o acesso e permanência na escola e atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino.

1990- Conferência Mundial sobre Educação para Todos (ONU) aprova a Declaração Mundial de Educação p-ara Todos (Conferência de Jomtien, Tailândia) e **o Plano de Ação para Satisfazer as Necessidades Básicas de Aprendizagem;** promove a universalização do acesso à educação.

1994 - A Declaração de Salamanca- Princípios, Políticas e Prática em Educação Especial é proclamada durante Conferência.

1999 - A Conversão Interamericana para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Pessoa Portadora de Deficiência – Guatemala-condena qualquer discriminação, exclusão ou restrição por causa da deficiência que impeça o exercício dos direitos das pessoas com deficiência, inclusive à educação.

2004 – Decreto nº 5296 de 02 de dezembro regulamenta as Leis nº 10.048, de 8 de novembro de 2000 e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelecem

normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade em vários âmbitos.

Por outro lado, a questão que desencadeia o estudo e a pesquisa de Marta Gil (2005), sobre - Educação Inclusiva: O que o professor tem a ver com isso? - Pode ser compreendida na própria resposta que a autora nos fornece quando diz que

A partir desses estudos e documentos, chegou-se à conclusão de que a melhor resposta para o aluno com deficiência e para todos os demais alunos é uma educação que respeite as características de cada estudante. Na medida em que o respeito à diversidade humana é assumida, o olhar e as alternativas pedagógicas vão sendo repensada e construída de modo que atendam às necessidades educacionais de cada aluno, ofertados num ambiente inclusivo e acolhedor, de convivência e aprendizado mútuo (Marta, 2005, p. 17-24).

Uma das características mais interessantes da Educação Inclusiva é que ela deve envolver também as famílias e a comunidade /.../. A rede de parcerias com instituições, organizações não governamentais, centros de reabilitações, famílias é de fundamentação para a oferta de condições humanas e de materiais em busca do eficaz trabalho com os alunos (GIL, 2005, p. 25).

Dessa forma, considera-se que no trânsito de lutas pela inclusão do ser humano os esforços independem de sua condição de limitação. As Leis têm se ampliado com excelência normativa e diretiva aos direitos deste grupo de pessoas, no entanto muito se tem a caminhar, conquistar e se efetivar. Pois ainda são muito presentes o preconceito e a discriminação. Tem-se avançado, mas não tanto, a exclusão é marcante e refletida em todos os espaços de convivência do ser humano.

É importante atentar para o caso em que o preconceito, a indiferença, a discriminação, precisam ser revestidas de maior solidariedade, empatia, respeito, compromisso colaborativo. A inclusão educacional é ainda mascarada, os alunos são delegados como de maior responsabilidade das Salas de Recursos Multifuncionais (SRMF), onde os professores do Atendimento Educacional Especializado (AEE) são considerados como os maiores responsáveis, onde sabemos que os alunos são sujeitos de responsabilidades de todos que compõe a escola. Mesmo assim, consideramos que tivemos avanços significativos. As famílias buscam mais inserir seus filhos no meio social, cultural.

3 METODOLOGIA

3.1 Procedimentos metodológicos utilizados

Para a realização desse estudo adotamos o estudo bibliográfico, com leituras diversificadas, em livros, apostilas, artigos e participação em seminários de Educação Especial, onde há substância de enfoques teóricos que nos ajudam a descrever e interpretar sobre o tema em foco.

Na pesquisa qualitativa direcionamos o olhar para a descrição da realidade em estudo procurando, através da pesquisa explicativa, poder descrever registrar ou fotografar situações que viessem a significar traços de abordagens teóricas produzidas pelos alunos especiais, na prática inclusiva de atividades construídas na prática de uma “pedagogia da convivialidade” (GUERRA, 2004) em sala de aula, para elucidar os fatores que engendram os fenômenos implicados no processo educacional, conforme a convivência de dois alunos especiais em sala regular da Educação Básica e Ensino Fundamental – Anos Iniciais.

A pesquisa qualitativa se caracteriza pela referência das ciências humanas e sociais, partindo do suporte de que existe uma relação dinâmica, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito.

3.2 Diagnose da escola campo de estágio

A Escola Municipal de Ensino Fundamental Dezenove de Março está localizada na Rua Clementino Siqueira s/n, no bairro do Jardim Tavares, CEP: 58.402.070, fone: 3341 0834, na Cidade de Campina Grande, Estado da Paraíba, na Região Nordeste do Brasil.

A escola é gerenciada por dois conselhos: o Conselho de classe, formado pelos segmentos de professores, alunos e equipe técnica pedagógica para discutir, acompanhar e monitorar as avaliações realizadas bimestralmente, e o Conselho escolar, formado pelas representatividades de todos os segmentos da escola, como unidade executora da gestão democrática com atribuições de gerenciamento financeiro e pedagógico, de controle fiscalizador e ação deliberativa. A comunidade escolar familiar é formada em sua maioria por pais assalariados, em atividades de vigilância de rua, vigilância, serviços de construção civil, serviços gerais, pequenos comerciantes, com renda que varia de dois salários a um salário mínimo, e incluímos, algumas dessas famílias sem renda empregatícia que se mantêm com bolsa família e atividades denominadas de “bicos”. E quanto às mães, temos um número significativo de domésticas, diaristas, do lar e manicures. Consideramos essas situações de baixo nível aquisitivo para suprir as necessidades da família. Maioria reside em casa de terreno invadido considerada por eles como casa própria, alguns em casas cedidas e outros em residências alugadas. A forma de lazer utilizada por maioria destas famílias se dá através de assistir programas em televisão, igreja, visita a amigos e familiares, e alguns casos consumo alcoólico. Em relação ao grau de escolaridade se enquadram no Ensino Fundamental e um percentual mínimo de analfabetos. Consideramos nossos alunos com grandes carências afetivas e econômicas, porém, com grande capacidade para se desenvolverem.

Dentre os programas desenvolvidos na escola temos o programa de Educação Inclusiva (EI), onde se trabalha numa perspectiva de respeito e acolhimento pela diversidade humana em seus diferentes aspectos, sejam, físicos, cognitivos, de pessoas com surdez, com baixa visão/cegueira e, transtornos globais do desenvolvimento e, neste contexto, o aluno é contemplado legalmente com a “Sala de Recursos Multifuncional” para receber o atendimento educacional especializado. A escola também possui o Programa “Novo Mais Educação”, financiado pelo FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação através do PDDE (Programa Dinheiro Direto na Escola) integral. Nesse programa os alunos permanecem, na escola por sete horas, sendo quatro horas, no ensino regular e três horas com atividades complementares como: Acompanhamento Pedagógico com as disciplinas português e matemática, recreação, karatê e dança. Os 60 alunos que são atendidos, por esse programa recebem também alimentação, no horário do almoço. Os recursos financeiros recebidos para manutenção com material de limpeza, equipamentos de material de cozinha e de material pedagógico advém do PDDE, Manutenção recebidos por meio de duas parcelas anuais. Primeira no primeiro semestre e a 2ª no fim do segundo semestre, para uso e manutenção de todo o ano letivo, seu valor calculado com base no número de alunos registrados no CENSO do ano anterior. Temos o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) recebido em 10 parcelas para oferecimento de merenda escolar e o almoço, aos alunos, com valor baseado no número de alunos matriculados no ano anterior.

A realização do planejamento nesta escola se dá mensalmente com a equipe técnica pedagógica e os professores, em reflexões e organização de ações em torno do processo de ensino e aprendizagem em busca da edificação na qualidade do ensino aprendizagem, aliado a este trabalho a escola realiza o plantão pedagógico ocorrido bimestralmente com os pais para que a equipe técnica e professora discutam e apresentem o nível de aprendizagem e as avaliações quantitativas e qualitativas dos seus filhos, trazendo-os como parceiros comprometidos com o incentivo e assiduidade dos filhos. O sistema de avaliação é contínuo, através de observações, participação, atividades e testes avaliativos no ambiente interno contemplando, assim aspectos qualitativos e quantitativos num sistema de seriação anual. As avaliações externas nacionais são aplicadas com os 3º anos, denominadas de ANA (Avaliação Nacional de Alfabetização) e a avaliação, Prova Brasil aplicada nos 5º anos. As avaliações externas do município são realizadas com as turmas do 3º e 5º anos denominadas de SAMA (Sistema de Avaliação Municipal da Aprendizagem). As reuniões administrativas ocorrem no início de cada semestre e de forma ordinária quando há necessidade.

3.3 Compreendendo a Proposta Pedagógica em Educação Básica (PPEB)

Segundo a professora titular da turma do 3º ano, *lôcus* do espaço de nosso estágio a **PPEB** se justifica porque se orienta pelo Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola, que foi feito há aproximadamente 3 anos e não houve, registro escrito, de propostas por nível de turma, justificando que este ano de 2018 a comunidade escolar deu início na reelaboração do PPP e estes aspectos irão ser revistos.

Com base no depoimento da professora pode-se dizer que a escola trabalha de acordo com os eixos temáticos e o professor adéqua os conteúdos e as

atividades de acordo com o nível de sua turma e os direitos de aprendizagens elencados na formação recebida, por meio da formação do **PNAIC** (Programa Nacional de Alfabetização na Idade Certa) e nos planejamentos realizados na escola.

Através das observações em sala de aula pude verificar que a rotina das atividades proposta ocorre de acordo com o planejamento, que é previamente elaborado atendendo ao nível da turma. Assim, constatamos através do *nível de leitura* realizado através do processo de acompanhamento aos alunos, no decorrer do tempo do fazer das atividades, e de essas referidas atividades ser consideradas, num patamar de aprendizagem significativa e correspondente aos objetivos de aprendizagem do ano em curso.

3.4 Diagnóstico da turma do 3º ano – Anos Iniciais

Sobre a formação da turma

O Estágio Supervisionado III, de observação e prática docente dos Anos Iniciais, foi realizado em uma turma do 3º Ano, composta por 30 alunos, distribuídos assim: **13** crianças do sexo feminino (Uma dessas é de 13 anos “**Aluna Especial com autismo**”, que denominamos para este estudo de **(AEa)** e **17** crianças do sexo masculino. Dentro desse total de alunos um deles de 8 anos **Aluno Especial com hipótese de deficiência intelectual** que chamamos de **(AEhdi)**. E para a “Cuidadora da(o) Aluno Especial” denominamos **(CAE)**.

Entende-se, por **Cuidador (a)** o profissional que auxilia o Aluno Especial (AE) em seus cuidados de vida diária e de vida prática do contexto escolar ajudando-o, nas atividades que não consegue realizar sozinho, como: ir ao banheiro, orientar no apoio pedagógico, alimentação, troca de roupa e/ou no uso de fraldas e de higiene pessoal. Portanto, neste caso, o(a) AE da escola é acompanhado(a) pela assistência de uma “Cuidadora”.

Para assumir a função de Cuidadora exige-se, hoje, que essa pessoa tenha formação na área da educação. Para tanto, deve se inscrever participar da formação na área da educação, e dependendo do resultado pode ser aprovado (a) é contratado (a) pela Secretaria de Educação e Cultura – **SEDUC** do município de Campina Grande, para ajudar e monitorar aluno ou aluna com dependência parcial ou total, que não tem noção de perigo e nem autonomia em algumas atividades de cuidados pessoais e, de realização de atividades escolares.

Sobre o nível de Letramento dessa turma

Em conversa com a professora da turma, fui informada de que o nível de leitura da turma é considerado da seguinte forma: tem **16** alunos que “leem com compreensão”, mas tem **11** alunos que “apenas decodificam” e, que ainda tem 3 alunos, que “não decodificam”.

Portanto, diante do nível de escrita assim distribuído. Pode-se em síntese classificar a turma em três níveis de escrita pela professora titular, como sendo: **18 alfabéticos**, **11 silábicos alfabéticos** e **1 pré-silábico**. A impressão que a turma

nos passou, neste período que manteve contato, foi de uma turma com um bom interesse e disponibilidade em desenvolver a aprendizagem, a frequência em sua maioria é considerada boa e a turma é bem participativa nas aulas.

Por fim, ainda fui informada de que 95% desses alunos do 3º ano residem com suas famílias, num padrão de família tradicional, constituída por pai e mãe, tem um poder aquisitivo em sua maioria variando entre: um salário mínimo; de um salário mínimo e meio; e de metade do salário mínimo. E, ainda tem famílias em que alguns são biscateiros, que não tem renda fixa e, muitos vivem da atividade laboral e algumas famílias recebem do programa Federal - “bolsa família”.

3.5. Projeto Didático-pedagógico da Docência no 3º Ano

Tema: construindo saberes

Conforme dispõe o documento oficial da Base Nacional Comum Curricular (BNCC/2017) a proposta pedagógica que norteia a atuação com o Ensino Básico, busca estar fundamentada nos princípios da interdisciplinaridade e da contextualização, bem como dos valores éticos, políticos e estéticos.

Com base no funcionamento desses princípios da BNCC as ações vão se construindo e refletindo sobre os conhecimentos necessários com compromisso, numa dimensão de igualdade de oportunidades, para ingressar, permanecer e aprender, no patamar de aprendizagens e desenvolvimento a que todos têm direito, mediante a definição dos direitos e objetivos de aprendizagens essenciais.

Apresentação e justificativa

Tendo como suporte, os conhecimentos adquiridos através de leitura, de alguns recortes da BNCC e de estudos de textos realizados na disciplina -, Conteúdo e Metodologia do Ensino da Língua Portuguesa -, foi oportuno para compreender melhor sobre as atividades a serem cumpridas, no campo de estágio, no Ensino Fundamental. Desse modo, iniciamos as duas etapas do estágio: com a “etapa de observação”, no período compreendido entre os dias 10 a 14 de setembro, posteriormente, foi iniciada a “etapa de intervenção e atuação docente”, no período de 01 a 05 de outubro do ano de 2018. Na verdade, foram duas etapas de períodos distintos, mas entre si correlacionadas em função dos dados coletados, no âmbito dos Anos Iniciais que contribuiu para a realização deste estudo de natureza científica.

Na primeira etapa do estágio foi observada a rotina a ser cumprida, através das aulas ministradas, e de seus respectivos processos metodológicos; a participação da turma; contato direto com a docente para colher algumas informações sobre a turma, por exemplo, quantidade de alunos, níveis de leitura e escrita, sobre o planejamento das aulas e, com o interesse de solicitar sugestões para realização do projeto de intervenção, enquanto exigência do estágio para ser realizado com a referida turma, numa atuação que viesse dar sequência e contribuir no que estava já planejado, no atendimento às necessidades dos alunos. A sugestão recebida da professora era para ser trabalhado: *com o gênero textual-*

bilhete; a operação matemática da multiplicação; as partes do corpo humano; e, por fim, o aniversário da cidade de Campina Grande.

Por outro lado, não ficou evidente a preocupação da professora com a inclusão dos *alunos especiais*. O sentimento depreendido da ação era como se o fato de aceitar esses alunos na sala já fosse como algo considerado de inclusão educacional. Sabendo que a educação especial no processo de inclusão, implica em atuação na garantia da aprendizagem e do incentivo destes alunos no efetivo processo educacional.

Desse modo, procuramos nos aprofundar nos estudos propostos, para o embasamento das atividades a serem desenvolvidas no projeto de intervenção, com a turma do 3º ano. No sentido, de irmos tanto, nos alimentando quanto nos retroalimentando de conhecimentos e estratégias condutoras, para a “real” significância e importância para a aprendizagem do aluno, com o objetivo de promover o encorajamento e a ampliação da competência, na aprendizagem no aluno e, como também, visionar estes dois alunos como sujeitos de direitos e deveres no espaço da sala de aula. O documento enfatiza que:

Na BNCC, competência é definida como a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades práticas cognitivas e sócias emocionais, atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho.

Ao se definir essas competências, a BNCC reconhece que a “educação deve afirmar valores e estimular ações que contribuam para a transformação da sociedade, tornando-a mais humana, socialmente justa e, também, voltada para a preservação da natureza” (BRASIL, 2013)³, mostrando-se também alinhada à Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU)⁴. (BNCC, 2017, p.6)

Objetivos do Projeto Didático pedagógica-Docência no 3º Ano

Geral:

Analisar, a partir da convivência com dois alunos do 3º ano do Ensino Fundamental, já diagnosticados especiais, como se efetiva, na prática docente da interação em sala de aula regular, as condições de aprendizagem desses Alunos Especiais, numa Escola Pública Municipal de Campina Grande, Paraíba.

Específicos:

Identificar o sentido da fala manifestada pelo Aluno Especial para interpretar, na prática da sala de aula regular, o seu significado para o desenvolvimento de sua aprendizagem;

Observar de que forma o Cuidador do Aluno Especial acompanha o aluno em sua rotina escolar, numa sala de aula regular;

Investigar de que maneira a Escola orienta os pais nas atividades pedagógicas complementares, desenvolvidas nas salas de aula ou nas Salas de Recursos Multifuncionais, conforme a necessidade de cada aluno;

Contribuir com a formação da professora-estagiária do curso de Pedagogia – PARFOR/CAPES/UEPB, na atuação e convivência com dois alunos especiais na sala de aula regular do 3º ano, campo de observação e atuação de nossa prática docente.

Favorecer aos alunos especiais os monitoramentos adequados para que realizem suas atividades e se sintam pertencentes ao espaço educacional como ser capaz e de direitos iguais.

Desenvolvimento metodológico

O desenvolvimento das atividades durante a semana de atuação a ser realizada, no período de 1 a 05 de outubro será fundamentado no Projeto de Intervenção.

Recursos e Avaliação

Utilizou-se como recursos os textos, rotina semanal, lousa, lápis de cor, cola, tesoura, cartela de bingo, cartolina.

Quanto a Avaliação foi realizada através de observações, quanto ao nível de participação e de interação dos alunos, durante este período de estágio e atuação como professora estagiária.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A prática desse estudo ocorreu enquanto professora estagiária, na sala de aula regular da Escola Municipal de Ensino Fundamental Dezenove de Março, de Campina Grande-PB, no período compreendido entre 10 de setembro a 05 de outubro de 2018. Inicialmente a fase de atuação, teve por objetivo conhecer a vivência e colaborar com 02 alunos diagnosticados, por órgãos credenciados de **AE**.

Para a realização desse estudo e, de modo, particular para distinguir, na convivência de sala de aula, como se efetiva no processo de ensino e aprendizagem mediado por um conteúdo construído, na sala de aula do 3º ano, entre os sujeitos pesquisados utilizou-se, alguns procedimentos para a transcrição e o registro dos acontecimentos, por meio da interação e a efetivação do diálogo conforme passamos a adotar, como sendo: [i] denominamos para **Professora Estagiária de (Pe)**; [ii] para **Aluna Especial autista adotamos (AEa)**; [iii] mas, para o **Aluno Especial com hipótese de deficiência intelectual** chamamos de **(AEhdi)**; [iv] para **Professora Titular da turma** convencionamos chamar de **(PTt)**; e por fim, [v] resolvemos chamar a **Cuidadora da Aluna Especial autista de (CAEa)**.

É esse procedimento metodológico que facilita na construção fundamental para que se analise o papel de situações que surgem em sala de aula, na especificidade da inclusão na sala de aula regular com o **AE** que, de certa forma, influenciam ou causam o aparecimento dos dados coletados e expostos, conforme veremos em cinco variáveis selecionadas a seguir:

4.1 Conhecimentos prévios do aluno na atividade de gêneros textuais

Ao introduzir uma proposta de aprendizagem para o aluno, iniciamos com questionamentos acerca da temática a ser estudada, para daí termos suporte e conhecimentos de como introduzir o estudo de forma a atingirmos o objetivo, de forma mais resultante de aprendizagem e respostas aos anseios do aluno, sobre o que deverá aprender partindo do que conhece.

Contexto/Rotina da atividade diária

Acolhida dos alunos. Apresentação do conteúdo de ensino gênero textual, bilhete. Roda de conversas sobre conhecimentos prévios. Estudo da Leitura. O uso de texto em papel ofício e na lousa. Escrita de um bilhete como exercício de fixação do assunto estudado. (Data 01/02/2018).

A rotina foi seguida obedecendo à sequência didática proposta como atividade programada para o dia referido. Em interação com a turma a **Pe** mantinha contato pessoal com os alunos, para ajudar e incentivar o processo da interação em foco, com os dois **Alunos Especiais**, a **AEa** e o **AEhdi**, no sentido de ajudar e conhecer seu ritmo de aprendizagem para, assim, adequar sua aprendizagem, em uma dinâmica, em que cada um se sentisse aprendiz, em situação de igualdade, com os demais da turma, mesmo em ritmos e condições diversas ou diferentes GUERRA (2004).

O **AEhdi**, interagia de forma aceitável e com compreensão mútua de comunicação e numa sutil observação pude conhecer/verificar o modo como se manifesta o nível de leitura em nível de hipótese silábico alfabético. Já na escrita de nível pré-silábica, o **AEhdi** precisa de ajuda constantemente, visto que, o aluno ao demonstra vontade de aprender, também revela muita impaciência e quer fazer a atividade de qualquer jeito. Se tiver alguém perto consegue realizar com mais dedicação, caso contrário pode até não realizar nada.

No caso do **AEa**, com base em observações e relatos fornecidos pela **CAEa** esse aluno se apresenta de maneira apática e sem nível de compreensão em relação aos conteúdos apresentados e estudados em sala de aula regular, o que gosta mesmo é de pintar, montar jogos, preferencialmente jogos de quebra cabeças e encaixes. Contudo, se esse registro for escrito quando ele consegue realizar é de maneira mecânica sem revelar compreensão.

Com base nestas informações e conhecimento da **CAEa** em relação a condição de trabalho com a **AEa** foi possível, durante a nossa convivência entregar as atividades propostas para a turma e, priorizando sempre a uma atividade de pintura; de recorte colagem e de jogos, desde que fosse do seu interesse, auxiliada pela **CAEa**, conseguimos que fosse realizado de modo parcial, porque esse tipo de **AEa** não consegue ficar parado em um determinado lugar, sendo assim, ficava em sala de aula por um tempo, depois saia um pouco e retornava, sua interação com os alunos era tranquila e acolhedora, mesmo ainda, havia o seu afastamento da turma do 3º ano em alguns momentos. Quanto a comunicação do **AEa** era de palavras sem conexões de ideias, palavras soltas, mas embora um diagnóstico com avaliação de *evolução lenta e crescente nos aspectos afetivos sociais e ainda muito lento nos aspectos cognitivos*. Vejamos nas Ilustrações com o registro das **Fotos** (de 1 a 3) a seguir:

LEGENDA:

FOTO- 1: Estudo do gênero textual bilhete.

FOTO - 2 : Estudo do gênero textual bilhete.

FOTO - 3: Mediação de atividades na escrita de bilhetes.

FOTO



1

FOTO



2

FOTO



3

Fonte: Arquivo da autora. Em, 01 /10 /2018.

4.2 Conhecimentos Matemáticos

O ensino da Matemática nos Anos Iniciais compreende o desenvolvimento das competências e habilidades de raciocinar, representar, comunicar e argumentar matematicamente em uma variedade de contextos, assegurando aos alunos reconhecer que estes conhecimentos são fundamentais para, a compreensão e a para atuação no mundo e, de perceber o caráter do jogo intelectual matemático, como caminho para o desenvolvimento do raciocínio lógico e crítico, que estimula e pode ser prazeroso para os alunos.

Contexto/Rotina diária

1. Acolhida, dinâmica: Passe a caixa; 2. Apresentação do objetivo da aula: Ampliar os conhecimentos na resolução de situações problemas, envolvendo a operação da multiplicação; 3. Introduzindo o assunto com explicação para realização de uma atividade de retas numéricas para agrupamentos de quantidades, e outra com tabela e gráficos; 4. Revisando as atividades na lousa para reflexão e correção (Data: 02/10/2018).

Com base na proposta do dia a turma se empolgou em participar da aula foi feito questionamento sobre o assunto, eles responderam com entusiasmo que gostariam de aprofundar os conhecimentos acerca. O **AEa** sempre quando chegava já tinha a rotina de ir pegar seu material que eram lápis de pintura, pincel. Ao entrar na sala de aula regular a impressão que se tinha era de que: “parecia que só tinha ela não se comunicava com ninguém”. Então, como **Pe** fazia sempre uma intervenção cumprimentando-a, chamando pelo seu nome e, às vezes, ela dirigia o olhar rapidamente e, outras vezes, aparentemente ignorava. Todos os dias quando circulava pela sala para ajudar os alunos sempre ia, na sua mesinha, procurava conversar e chamar sua atenção. Mas, esse contato de convivência em sala de aula regular **AEa** não correspondia na maioria das vezes.

Ao circular na turma para ajudar aos alunos ia sempre junto do **AEhdi** que era receptivo em receber ajuda, que mesmo demonstrando impaciente e com curto poder de concentração de tempo revelava ter vontade de aprender e o interesse de realizar as atividades, como podemos perceber na sequência de Fotos (4 e 5), a seguir:

LEGENDA:

FOTO – 4: Resolução de situações problemas e roda de conversa

FOTO –5: Resolução de situações problemas e roda de conversa

FOTO



4

FOTO



5

Fonte: Arquivo da autora. Em,02/10 /2018.

4.3 Leitura deleite -revisão e análise da escrita

Contexto/Rotina no 3º Ano da classe regular:

Acolhida, leitura deleite: O menino da Selva; Retomando o estudo sobre o genero textual: Bilhete, com revisão e análise de algumas produções realizada pelos alunos, proporcionando a reescrita dos bilhetes, para posterior exposição em um cartaz em formato de um celular. Retomando a operação da multiplicação com aula explicativa para a realização de atividades envolvendo situações problemas(Data: 03/10/2018) .

Cumprindo a rotina do dia iniciamos com uma leitura deleite, e posteriormente a revisão e análise de alguns bilhete escrito por eles, anteriormente combinando que a escolha era através de sorteio sem identificação de nome do escritor, e que eles iam receber de volta para reescrita e exposição dos mesmos em cartaz em formato de um celular, o instrumento mais recente de comunicação. O objetivo da aula foi alcançado.

A **AEa** não tinha ainda nível de compreensão para realizar a atividade proposta. Com auxilio da cuidadora rabiscou o papel e realizou pinturas.

O **AEhdi**, reescreveu o bilhete para sua mãe , com escrita sem expressão de compreensão , pois sua escrita teria que ser efetivada em nivel de compreensão se recebesse ajuda total, escreveu um monte de letras sem conexões E neste dia deixei ele mais independente para realizar. Pois o formato estético do bilhete ele conseguiu compreender e parcialmente fez. Elogiei seu trabalho realizado com autonomia e empenho. Vejamos na sequência de **Fotos** (6 e 7), abaixo:

LEGENDA:

FOTO – 6: Revisão, análise e reescrita da produção dos bilhetes.

FOTO –7: Revisão, análise e reescrita da produção dos bilhetes.

FOTO



6

FOTO



7

Fonte: Arquivo da autora. Em, 04/10 /2018.

4.4 Roda de conversa e confecção - álbum sobre o corpo humano

Dinâmica de respiração e leitura deleite: João e o pé de feijão; 2. Apresentação do assunto a ser estudado,: O corpo humano suas partes mais essenciais e sua funcionalidade. 3. Roda de conversa sobre o tema; 4 .Entrega e leitura pela professora de um texto informativo; 5. Leitura silenciosa feita pelo aluno; 6. Entrega de imagens para identificação das partes do corpo e atividade escrita relacionada ao texto aliada as imagens; Confecção de um álbum referente ao tema estudado(Data: 04/10/2018).

Mais um dia de participação e envolvimento dos alunos na sequencia de atividades do dia. A turma estava em grande maioria com entusiasmo e empenho em realizar e participar da aula. A **AEa** ficou no seu espaço, entregamos a atividade de confecção do album para que cortasse e recortasse as imagens e com ajuda da **CAEa** o **AEa** fez o álbum do seu jeito específico.

O **AEhdi** se empenha e sempre realiza o que é proposto precisando sempre de ajuda e incentivo , foi feito incentivo de aceitar também a ajuda do seu colega da sala de aula regular, que foi gradativamente aceitando, mais sempre chamava a **Pe**.

LEGENDA:

FOTO – 8: Estudo do corpo humano.

FOTO –9:Confecção de um álbum sobre o corpo humano.

FOTO- 10:A Aluna Especial autista é mediada pela Cuidadora da Aluna Especial Autista em atividade orientada pela Professora estagiária.

FOTO



8

FOTO



9

FOTO



10

Fonte: Arquivo da autora. Em,04/10 /2018.

4.5 Roda de conversa

1. Acolhida: Recepcionando a professora supervisora de estágio da UEPB; 2. Roda de conversas realizada pela coordenadora de estágio com a turma; 3. Apresentação do assunto a ser estudado. Homenagem ao aniversário de Campina Grande que se aproxima; 4. Leitura pela professora de texto informativo com roda de conversas sobre o mesmo; 5. Entrega dos textos para realização de atividade; 6. Exposição de algumas imagens dos principais pontos turísticos da cidade para posterior reprodução em desenho com pintura; 6. Confraternização da turma (Data: 05/10/2018).

Neste último dia recebemos a supervisora de estágio que promoveu um momento de interação com a turma do 3º ano, numa roda de conversa sobre o incentivo ao estudo, com questionamentos sobre os sonhos e os desejos que almeja cada um dos alunos. A turma se envolveu e respondeu, com participação, inclusive até o **AEhdi** falou que queria ser “policia”. Já o **AEa** não manifestou o seu desejo e continuou em sua mesa em atividades, não fornecendo resposta pessoal acerca dos seus desejos. Ressaltamos que em toda a rotina realizada fizemos ponte com a **CAEa** para que a mesma incentivasse a participação da estudante nas atividades propostas, como também foi dado pela **Pe** um suporte aos alunos com maiores dificuldades. Vejamos na sequência os registrados em **Fotos** (11, 12 e 13), durante a nossa convivência com 2 (dois) alunos especiais na sala de aula regular:

LEGENDA:

FOTO – 11: Recepcionando a professora supervisora de estágio da UEPB.

FOTO –12: Conversa informal com a turma do 3º ano.

FOTO –13:Confraternização com a turma.

FOTO



11

FOTO



12

FOTO



13

Fonte: Arquivo da autora. Em, 05 /10 /2018.

Percebe-se que nos moldes da política inclusiva, o docente precisa considerar que cada educando tem seu tempo, ritmo e limite para aprender e que a escola deve proporcionar sem barreiras uma convivência satisfatória entre alunos com deficiência e alunos sem deficiência. Nesse sentido lembremo-nos de Gomes [et.al. 2007,p.17) quando diz que: “Ao invés de adaptar e individualizar/diferenciar o ensino para alguns, a escola comum precisa recriar suas práticas, mudar suas concepções, rever seu papel, sempre reconhecendo e valorizando as diferenças”

Nesta perspectiva, a “inclusão social/educacional” é algo como lembra Guerra (2004) que, deve ser tratado a partir da “diferença” alicerçado, por concepções recorrentes e conhecimentos específicos que melhor conduz ao cumprimento da função social de educar para a cidadania. Desse modo, demonstra ser capaz de incorporar em seu fazer cotidiano investigativo, o diagnóstico e propostas de estudos, debates, reflexões sobre o processo de ensino aprendizagem, mapeando estratégias e problemas que precisam ser enfrentados, notadamente buscando estimular o respeito aos direitos humanos como garantia para o exercício da tolerância e convivência na diversidade.

E, assim, poder contribuir através da construção da prática pedagógica profissional, onde todos os atores da escola possam se sentir colaboradores, nesta expansão, para desenvolver novos olhares, criar práticas acolhedoras e de respeito à diversidade humana dignificada em igualdade de direitos. Construindo e elegendo por ordem de prioridades as necessidades dos alunos, focando pouco a pouco as estratégias significativas para superação de suas dificuldades. É, sem dúvida, nesta caminhada de construção e reconstrução que vamos oportunizando e acolhendo as pessoas para o convívio, para o sorriso, a alegria de sentir parte de um todo com respeito e dignidade.

Portanto, é um trabalho que exige paciência pedagógica, tranquilidade, pois as emoções do meio contribuem ou prejudicam o desenvolvimento de uma ação significativa e com resultado.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ação docente necessária à prática de sala de aula da Educação Básica está organizada em cinco áreas de conhecimentos norteados pela BNCC, que favorecem a interligação entre os conhecimentos e saberes dos diferentes componentes curriculares. Garante, inclusive para em cada etapa do ensino os direitos de aprendizagem a quem são atribuídos cada ano de curso do aluno, possibilitando assim, a gradativa aprendizagem sem bloqueio e interrupção.

Ao longo do Ensino Fundamental – Anos Iniciais, a progressão do conhecimento ocorre pela consolidação das aprendizagens anteriores e pela ampliação das práticas de linguagem e da experiência estética e intercultural das crianças, considerando tanto seus interesses e suas expectativas quanto o que ainda precisam aprender (BRASIL, 2017 p. 55).

Assim, os alunos vão abrindo novos horizontes na ampliação dos conhecimentos, interesses, autonomia intelectual, a compreensão de normas, que vem lhes proporcionar as relações dos sujeitos entre si, com a natureza, com a história, com a cultura, com as tecnologias e com ambiente, através de práticas de linguagens diversificadas que permitam crescer suas capacidades expressivas nas diferentes manifestações do seu convívio social e escolar. Inserida neste contexto, a modalidade da Educação Especial tem vias de atuação que contempla todas as situações e possibilidades do educando, no sentido de conduzi-lo ao seu desenvolvimento independente da sua deficiência, vendo-o como ser capaz, articulando e dinamizando os recursos humanos, escolares e familiares para oferecer estratégias que venham oportunizá-lo no seu desenvolvimento cognitivo e crescimento pessoal com devido acolhimento e afeto.

A sala de aula regular deve ser algo necessário à vida do Aluno Especial, o professor o cuidador e responsáveis por este espaço, podem abrir novos horizontes na ampliação dos conhecimentos, interesses, autonomia intelectual, compreensão de normas, que vem proporcionar as relações dos Alunos Especiais. Isto contribui tanto entre si, com a natureza, com a história, com a cultura e com o ambiente, através de práticas de linguagens diversificadas que permitam crescer suas capacidades expressivas nas diferentes manifestações do seu convívio social cultural e de desenvolvimento amplo e de autonomia.

Diante de leituras, pesquisas e reflexões realizadas de incessante necessidade para uma atuação profissional competente, vimos com este estudo a necessidade de repensar a organização escolar nos seus diferentes níveis estruturais físicos e humanos, compreendendo que a *inclusão* não é tarefa única da educação especial, mais das redes de ensino como um todo.

O desafio está em afirmar que o direito de todos à educação, consiste na possibilidade de ir eliminando as barreiras físicas, pedagógicas, de informação, de comunicação, de atitudes, e que a preocupação da escola deva ser a de vislumbrar as potencialidades dos alunos e não as suas deficiências.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC/CNE, 2017. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/download-da-bncc>>

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Marcos Político-Legais da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: Secretaria de Educação Especial. 2010, 72 p.

DUCK, Cynthia. **Educar na diversidade**: Material de formação docente. 3. ed. 2ª impressão. Brasília: MEC, SEESP, 2007 266 p.

GIL, Marta. **Educação Inclusiva**: O que o professor tem a ver com isso? São Paulo: Ashoka Brasil, 2005.

GOMES, Adriana L. Limaverde Gomes [ET al.]. **Deficiência mental**. São Paulo: MEC/SEESP, 2007 (Atendimento Educacional Especializado).

GUERRA, M. José. **Inclusão social e diferença**: transpondo barreiras na relação falante/texto em EJA. In: Revista Alfabetização Solidária. Vol.4-n.4. São Paulo: 2004.

_____. **Conversação de idosos em contexto alfabetizador universitário e a oralidade desveladora de uma pedagogia da convivialidade**. João Pessoa: UFPB, 2013.

OLIVEIRA, Maria M. de. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Rio de Janeiro: Vozes, 2007.